

# A COPA E O BRASIL

política, negócios e a impossível imunidade

Alexandre Fernandez Vaz

Doutor em Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Estamos todos intoxicados pela presença da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Não há como ficar imune à tamanha exposição, às intermináveis discussões, ao detalhamento de cada passo das seleções que virão ao Brasil para a disputa, às famílias dos jogadores, à festa “espontânea” de torcedores que se exaltam na frente das câmaras de televisão. Para além do que uma vez Umberto Eco chamou de “falação esportiva” – inesgotável, aprumada por jornalistas à cata de todo tipo de informação para preencher e rapidamente substituir páginas de internet e intermináveis horas de vídeo – a conversa parece encontrar novos rumos que não deixam de ser surpreendentes. Discute-se menos a seleção brasileira, convocada por Luís Felipe Scolari sem grandes polêmicas; debate-se, sim, freneticamente, os gastos, atrasos e improvisos na organização do evento. O Ministro dos Esportes, como guardião do governo e do projeto da Copa, fã do futebol e torcedor ardoroso da Sociedade Esportiva Palmeiras, esmera-se em explicar e justificar; recorre a Nelson Rodrigues, evoca nossa tradição de resolver as coisas na última hora, tenaz na defesa dos investimentos do governo federal e refratário a qualquer tipo de crítica.

Esse deslocamento do debate foi se compondo aos poucos. Em 2007, o Brasil alcançou, com relativa facilidade, o direito a organizar o evento. Festa, júbilo e excitação, tão característicos nossos, junto com a expectativa de que faríamos a melhor de todas as Copas, levaram a um êxtase tremendo que, no entanto, foi sendo minado pelas seguidas críticas que boa parte da imprensa e dos movimentos sociais vem fazendo aos gigantescos gastos e ao atraso nas obras prometidas. Supõe-se que, na antessala do início da competição, menos da metade das obras de infraestrutura prometidas estarão concluídas. O propalado legado da Copa é alvo de desconfiança e constrangimento pela precariedade dos aeroportos, pelos grandes estádios sediados em estados com escassa tradição no futebol – a suposição é de que serão pouco utilizados depois do Mundial – e pelas advertências que vários países têm feito a seus cidadãos a respeito dos perigos que podem enfrentar ao viajarem pelo Brasil durante o evento.

Se o esporte já é um espetáculo desde o século dezenove, o futebol, desde sempre experimentou a curiosidade e o interesse do público e foi se tornando um negócio dos mais rentáveis há mais ou menos quatro décadas. No México,

em 1970, Pelé amarrava suas chuteiras retardando em alguns segundos o início da partida e mostrando, pela primeira vez via satélite, a marca que elas estampavam. Quatro anos depois, compareceu à Alemanha não mais como jogador – que voltaria a ser no ano seguinte, no New York Cosmos – mas como garoto propaganda de uma marca de refrigerantes.

Em 1978, o Mundial foi um grande negócio para os ditadores argentinos, tanto porque a vitória na Copa, a primeira do país, ajudou decisivamente a criar um clima de otimismo e alegria em meio à selvageria perpetrada por militares e seus aliados civis, quanto porque a construção de estádios, que incluiu a importação de aparatos de segurança bastante sofisticados, foi extremamente rendosa para alguns. Em consonância, a FIFA inaugurara uma nova ordem comercial com a gestão do brasileiro João Havelange, multiplicando os ganhos e gerindo produtos e lucros de forma muito eficiente, sustentada por sua expansão política, notadamente em direção à África e suas novas nações de então.

Esta dimensão mercadológica não esteve tão presente na Copa de 1950, a primeira depois de Segunda Guerra Mundial, sediada no Brasil e para a qual o Estádio do Maracanã, grandiloquente projeto de Oscar Niemeyer, marca do desenvolvimentismo brasileiro, foi construído. Em 2014, quando depois de 64 anos, o Brasil volta a sediar um Mundial de Futebol, para a qual foram erigidas ou reformadas doze “arenas”, como hoje são chamados os estádios, o evento não é *também* um negócio, mas o é antes de qualquer outra coisa.

Não deixa de ser curioso que houvesse outra oportunidade para que o Brasil sediasse uma Copa. Foi em 1986, em substituição à então claudicante Colômbia, finalmente substituída pelo México depois que a ditadura representada pelo último general-presidente, João Figueiredo, recusou-se a receber o evento. Em editorial da Revista Placar, de 10 de março de 1983, o jornalista Juca Kfourri, opositor do regime, lamentava a decisão do governo brasileiro de não respaldar a iniciativa da CBF, então comandada por Giulite Coutinho, de organizar a Copa três anos depois. Um dos argumentos do diretor de redação da então influente revista era que na década anterior havia sido construídas “dezenas de estádios faraônicos” que finalmente poderiam ter o devido uso.

O que será de nossas caríssimas “arenas” depois do Mundial? Há os que defendam a sua construção como patrimônio do qual cada região poderá usufruir nos próximos anos, junto com as prometidas melhorias da mobilidade urbana e a correspondente movimentação econômica. Outros consideram que as “arenas” serão verdadeiros “elefantes brancos”, expressão popular que designa grandes construções, geralmente estatais, cuja serventia acaba sendo nula ou muito pequena, absolutamente desproporcional aos recursos investidos.

O problema das “arenas” talvez precise ser colocado no contexto do processo de constituição cada vez mais radical do futebol em produto de consumo, em detrimento de sua antes ampla base popular e mesmo da possibilidade de ser apreciado como artefato estético, como *obra esportiva*. Não se trata de advogar por um passado idílico quando se jogava “o verdadeiro” futebol brasileiro, prática que já foi, como se sabe, bastante distintiva e aristocrática para só depois se popularizar, democratizando-se, entre outros marcadores históricos, pela profissionalização. A questão é outra, é observar o futebol como patrimônio universal e, em sua radicação, nacional.

Os estádios brasileiros vêm tendo suas estruturas alteradas nos últimos anos, acompanhando o que se observa em grande parte do mundo. São menos lugares para espectadores e maior conforto para eles, com preços igualmente mais elevados para os ingressos e mercadorias associadas aos espetáculos, sejam alimentação e bebidas, sejam produtos licenciados pelos clubes, como as camisetas oficiais dos times, cujo preço é praticamente o mesmo em qualquer parte do mundo. A diminuição da lotação máxima dos estádios, um dos motivos do encarecimento dos ingressos, tem uma de suas justificativas na melhoria da segurança, o que de fato acontece, uma vez que o controle de cada espectador (aumentado ainda pelos programas de sócio torcedor e por outros dispositivos) passa a ser mais preciso, detalhado, disciplinar. O menor número de lugares acabou com as áreas mais populares dos estádios, como a “Geral” do Maracanã e a “Coloninha” e a “Costeirinha”, respectivamente dos Estádios Orlando Scarpelli e Aderbal Ramos da Silva, em Florianópolis. Estádios mais limpos e asseados, certamente, mas expressões do segregacionismo que expulsa os mais pobres – vistos frequentemente no imaginário brasileiro como gente perigosa e doente – de lugares que lhes eram, ainda que não adequados, próprios.

Esse é parte do universo que acolhe uma Copa do Mundo no Brasil. Se o futebol no país já há tempos é um grande negócio globalizado, nada mais esperado que a FIFA se estabeleça com suas regras e demandas capazes até mesmo de alterar as leis ou privatizar palavras, em nome da realização de um sonho que parece já não ser, se é que foi um dia, de grande parte dos brasileiros. Nem sempre as pessoas querem grandes eventos nas suas cidades, entendendo que as melhorias prometidas (e que frequentemente permanecem como promessas) deveriam ser materializadas independentemente deles, e que os recursos investidos nas grandes obras de engenharia esportiva poderiam ter melhor destino. As manifestações populares de 2013 e que seguem pipocando reivindicavam “Padrão FIFA” também para a saúde, transporte e educação. Têm razão.

Uma vez definido o país em que se realizaria a Copa de 2014, várias cidades se candidataram como sedes para receber as partidas. Algumas eram dadas como evidentes, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Outras disputavam, com diferentes recursos, um lugar entre as doze previstas. Coloquei-me, naquela ocasião, em oposição à candidatura de Florianópolis, cidade em que vivo e vou aos estádios das duas equipes profissionais, frequentadoras sazonais das séries A e B do Campeonato Brasileiro de Futebol. Nenhum dos dois, para pouco menos de vinte mil espectadores, costuma ficar lotado. O que faríamos com uma “arena” para mais do que o dobro de espectadores? Por que as obras viárias deveriam orientar-se do pequeno aeroporto até o estádio, cortando a Ilha de Santa Catarina quase em eixo transversal e chegando ao continente, deixando à míngua todo o restante do território? Combinação de belezas naturais pouco comparáveis e péssima infraestrutura, o que inclui uma mobilidade urbana em colapso, Florianópolis precisava e precisa de um plano para a cidade e seus habitantes, como também para seus visitantes, mas não para um evento pontual.

Ninguém fica imune, tampouco impune, ao futebol no Brasil. Mesmo que já haja jovens torcedores sem identificação com equipes nacionais, mas fãs de time da Inglaterra, Espanha, Alemanha ou Itália, conhecidos pelas transmissões televisivas das diversas ligas europeias, e que a seleção brasileira pouco atue no país, a nação se mobiliza e se imobiliza para a Copa. Aulas suspensas, trabalho

adiado, carnaval fora de época: o Brasil em campo, os narradores ufanistas, a ciclótica confiança e desconfiança sobre as possibilidades da seleção brasileira que durarão enquanto ela estiver na competição. Este é o nosso ritmo. Até a final que, para que seja épica, deve ser contra o selecionado argentino. E se a seleção canarinho perder, em um novo *Maracanazo*? A maioria de nós ficará um pouco triste, mas nada mais do que isso. O futebol não é questão de vida e morte, mas um jogo. E um excelente negócio para os donos de sua realização.

Alexandre Fernandez Vaz

Doutor em Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
[Currículo Lattes](#)